

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

RENAN PORTO DE BITENCOURT

**IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA CIENTÍFICA POR
PESQUISADORES BRASILEIROS**

**CRICIÚMA
2015**

RENAN PORTO DE BITENCOURT

**IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA CIENTIFICA POR
PESQUISADORES BRASILEIROS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Especialista Maria Helena Souza dos Santos

CRICIÚMA

2015

RENAN PORTO DE BITENCOURT

**IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA CIENTIFICA POR
PESQUISADORES BRASILEIROS**

Monografia apresentada para a obtenção do
Grau de Bacharel em Administração com Linha
de Formação Específica em Comércio Exterior
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 08 de Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Helena Souza dos Santos – Especialista – Orientador - (UNESC)

Prof. Débora Volpato – Especialista - (UNESC)

Prof. Natália Martins Gonçalves - Doutora - (UNESC)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que são meus maiores exemplos, que sempre estiveram ao meu lado me ajudando, sem nunca hesitar, agradeço pela educação recebida, pelo carinho e pelo apoio em todas as minhas decisões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela dádiva da vida, por ter me concedido saúde nessa caminhada que é a vida, graças à Ele tenho alcançado meus objetivos, assim como estar concluindo minha graduação, sem Ele nada seria possível.

Agradeço aos meus pais, João de Souza Bitencourt e Zenaide Porto Bitencourt, por serem meu porto seguro, por me ensinarem os valores da vida, por estarem sempre comigo, me ajudando, me apoiando nas minhas escolhas e acreditando no meu potencial, graças à ajuda deles estou conseguindo concluir mais uma etapa da minha vida.

Em especial também a minha família, meus irmãos, cunhados, sobrinhos, que junto com meus pais são minha maior riqueza.

Agradeço também a minha orientadora, Professora Maria Helena Souza dos Santos, por fazer parte do meu trabalho, me ajudando através de seus ensinamentos, obrigado por me auxiliar nessa etapa tão importante do curso.

Minha gratidão a todos os professores, que propiciaram meu aprendizado durante o curso e que de alguma forma, ajudaram na composição desse trabalho.

RESUMO

BITENCOURT, Renan Porto de. **Importação de insumos para pesquisa científica por pesquisadores brasileiros**. 2015. 52 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

A área científica do país tem vivido seu auge nos últimos anos. O desenvolvimento dos níveis das pesquisas brasileiras tem alcançado níveis internacionais de importância, principalmente na área da saúde, entretanto, o Brasil não dispõe de recursos materiais para a realização de experimentos. Surge daí a necessidade de importar, porém, os cientistas enfrentam dificuldades na hora de importar, desse modo, o objetivo geral deste estudo é demonstrar quais as condições encontradas na importação de insumos para pesquisa científica por pesquisadores brasileiros. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa caracterizou-se como sendo exploratória. O meio de investigação utilizado foi a pesquisa bibliográfica, sendo a população-alvo a comunidade científica, que importam materiais para suas pesquisas. O estudo caracterizou-se pela coleta de dados secundária e a técnica de coleta de dados foi qualitativa, sendo o instrumento de coleta de dados pesquisa em livros e artigos científicos e a análise dos dados foi qualitativa. A burocracia pertinente a área de comércio exterior tem afetado as importações de materiais para pesquisa, o que dificulta o andamento da ciência nacional, pois o longo tempo de espera na liberação das mercadorias muitas vezes torna os materiais inutilizáveis, pois são materiais frágeis, o que tem inviabilizado diversas pesquisas e colocando o país atrás de vários outros na área científica.

Palavras-chave: Importação. Insumos. Pesquisa. Burocracia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Frequência que os pesquisadores precisam importar reagentes.....	19
Figura 2 – Frequência considerada ideal e necessária para importar reagentes.....	19
Figura 3 – Se os pesquisadores já perderam material retido na alfândega e que tipo de material foi perdido (em 2010).....	20
Figura 4 - Se os pesquisadores já perderam material retido na alfândega e que tipo de material foi perdido (após 2011).....	21
Figura 5 – Procedimento de compra.	24
Figura 6 – Custo adicional por tempo de armazenagem na alfândega.	26
Figura 7 – Período de tempo desde a compra até a chegada do material no laboratório.	28
Figura 8 – Órgãos associados ao atraso na liberação das mercadorias.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Legislação vigente no processo de importação.....	25
Tabela 02 – Procedimentos metodológicos.....	33
Tabela 03 – Incentivos fiscais e tributários.....	39
Tabela 04 – Contingências ou entraves nos órgãos envolvidos.....	40
Tabela 05 – Itens importados e os meios utilizados para a importação.	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AFRMM – Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

BNT – Barreiras Não Tarifárias;

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

DI – Declaração de Importação;

II – Imposto de Importação;

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;

LI – Licenciamento de Importação;

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

MC&T – Ministério da Ciência e Tecnologia;

SISCOMEX – Sistema integrado de Comércio Exterior;

SRF – Secretaria da Receita Federal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 CIÊNCIA.....	16
2.2 IMPORTAÇÃO DE INSUMOS.....	18
2.3 LEGISLAÇÃO E OS CONDICIONANTES QUE NORMATIZAM A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA NO BRASIL.....	24
2.4 CONDIÇÕES PARA A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	31
3.2 MEIOS DE INVESTIGAÇÃO	32
3.3 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POPULAÇÃO-ALVO	32
3.4 PLANO DE COLETA DE DADOS:	32
3.5 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	33
3.6 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	35
4.1 ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	35
4.2 ANÁLISE DA NECESSIDADE DE IMPORTAR INSUMOS	36
4.3 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO.....	38
4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	39

5 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS	50
ANEXO A – REQUERIMENTO PRA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL PARA PESQUISA CIENTÍFICA	51

1 INTRODUÇÃO

A constante busca por inovações na ciência e na tecnologia tem feito o país investir mais em pesquisas, como país considerado emergente, busca-se através de programas do governo como o CAPES e CNPq incentivar novos pesquisadores, através de bolsas e qualificações. Entretanto, não basta injetar dinheiro, tem que facilitar o desenvolvimento da pesquisa, um dos principais fatores que dificultam o progresso das pesquisas são as barreiras na importação dos materiais para as pesquisas.

Para a Academia Brasileira de Ciências (2014) o maior gargalo da ciência está na dificuldade de importar insumos, essas barreiras tem colocado o país atrás de muitos países.

Observa-se que o campo científico no Brasil se mostrou em constante crescimento nas últimas décadas, caso sejam comparadas, desde a década de 90 até o presente momento, esse número teve um crescimento substancial, segundo dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil criado pelo CNPq (2008), o país quadruplicou o número de grupos de pesquisas.

Apesar dos incentivos do governo federal como as verbas oferecidas ou as bolsas de estudo, existe um gargalo que desacelera o ritmo das pesquisas. Quando os pesquisadores necessitam de novos reagentes para suas pesquisas, eles têm que importar, é nesse período que acontecem as frustrações dos cientistas.

Segundo a Academia Brasileira de Ciências (2014), mais de 90% dos pesquisadores brasileiros já mudaram o rumo de seus trabalhos ou desistiram de realizar algum experimento por causa de problemas na importação, pode-se afirmar que o alto número de problemas na importação tem causado danos irreparáveis a ciência brasileira.

Em se tratando de importações, é durante a chegada das mercadorias ao país que começam os entraves. Dados da Academia Brasileira de Ciências (2014) revelam que 76% dos entrevistados já perderem seus materiais na alfândega pela demora na liberação dos produtos importados, esse percentual poderia ser menor se os pesquisadores utilizassem o CNPq expresso, que prevê a diminuição do tempo de espera para liberação dos materiais na alfândega, entretanto, somente 11% dos pesquisadores disseram utilizar esse serviço.

Embora o país busque ajudar os cientistas em seus projetos, acaba por atrapalhar o processo com a burocracia presente nos órgãos pertinentes à área de comércio exterior, entretanto, está tramitando no congresso um projeto de lei que prevê a simplificação do processo de importação para materiais destinados a pesquisas.

O CNPq já disponibiliza um cadastro para que os cientistas e pesquisadores possam efetuar sua inscrição e através dela poder ter isenção no imposto de importação, desde que seja com a finalidade de pesquisa.

Embasado nas informações supracitadas, observa-se que existem algumas peculiaridades para que um cientista possa realizar uma importação com intuito de adquirir materiais de cunho científico, com relação a essa afirmação, qual a realidade que os pesquisadores brasileiros encontram quando precisam importar insumos para prosseguir com suas pesquisas?

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Com o intuito de mostrar a realidade dos pesquisadores brasileiros no âmbito de seus estudos e verificar quais as condições que esses profissionais encontram quando precisam importar algum material para prosseguir com suas pesquisas, visa-se fazer um levantamento com a finalidade de demonstrar todas as condições impostas a esses pesquisadores.

Para que a ciência possa crescer, é preciso desburocratizar alguns processos, para Novelli (2012) um dos maiores gargalos da ciência brasileira hoje em dia é essa dificuldade que existe para importar material para a pesquisa. É um problema que os dirigentes e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sabem, mas é histórico e relacionado com a burocracia no país.

Segundo dados da Academia Brasileira de Ciências (2014), noventa e cinco por cento dos cientistas brasileiros já deixaram de realizar uma pesquisa ou tiveram que mudar suas especificações por causa de problemas na importação. Essa foi uma das várias constatações de que a burocracia prejudica de maneira considerável os experimentos científicos no país, obtidas por um levantamento coordenado pelo bioquímico Stevens Rehen, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ICB-UFRJ).

Nota-se brevemente que são encontradas algumas contingências e alguns entraves na hora de importar insumos para que as pesquisas brasileiras prossigam, esses atributos têm afetado diretamente a ciência e a tecnologia brasileira. Com base nesses dados, quais as reais condições encontradas pelos pesquisadores brasileiros na importação de materiais para pesquisas científicas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar quais as condições encontradas na importação de insumos para pesquisa científica por pesquisadores brasileiros.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a legislação e os condicionantes que normatizam a importação de insumos para pesquisa no Brasil;
- b) Identificar os órgãos que interferem no processo de importação e as suas funções no processo;
- c) Verificar quais os incentivos que o governo disponibiliza aos cientistas para importação de insumos para pesquisa;
- d) Demonstrar quais os meios que os cientistas utilizam para realizar importações;
- e) Identificar as contingências e os entraves que interferem nessas importações.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo visa revelar a realidade com que se deparam os cientistas brasileiros quando necessitam importar materiais para prosseguirem com suas pesquisas.

Desta forma, o estudo é importante, pois serve de apoio juntamente com as reivindicações feitas por vários cientistas, para que o processo de importação feito por eles seja simplificado.

Observa-se que a legislação aduaneira é bem abrangente, e que há casos onde o excesso de documentos e exigências acaba sendo um entrave para o comércio internacional. Como todas as mercadorias precisam passar pelo desembaraço aduaneiro, com os materiais destinados a pesquisas científicas não seria diferente.

O presente trabalho se mostra oportuno, pois, tem por finalidade demonstrar que muitos pesquisadores brasileiros têm suas pesquisas afetadas diretamente pela burocracia presente nas alfândegas, o processo que envolve a liberação dos insumos que seriam utilizados em pesquisas científicas acaba levando muito tempo, o que culmina com a deterioração desses materiais, o que obriga os cientistas a mudar o rumo de suas pesquisas ou até mesmo desistir delas, por falta de agilidade no processo de importação.

A relevância desse estudo tem como base mostrar às autoridades governamentais que a comunidade científica brasileira se depara com um lento processo burocrático e o resultado disso são estudos que acabam sendo abandonados, tendo em vista que poderiam gerar algum benefício para o país, através de novas pesquisas, como a descoberta de algum tratamento para alguma doença, algum medicamento novo, entretanto, com as barreiras que alguns órgãos impõem, acaba por atrasar o avanço tecnológico e científico de que o país necessita, fazendo com que o país se obrigue a importar novas tecnologias prontas, devido ao fato de pesquisadores brasileiros se desmotivarem pela burocracia pertinente aos órgãos ligados ao processo.

O trabalho oportuniza uma visão sistêmica de todo o processo e mostra quais as etapas mais burocráticas durante a importação desses materiais, que pode ser analisado a fim de servir como base para a simplificação da importação, quando esta tem por finalidade o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

O referente trabalho se mostra importante, pois, através de breves levantamentos, pode-se concluir que deve ser melhorada a questão da importação de produtos destinados a produção científica, de modo a impulsionar toda a comunidade científica a gerar mais conhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica é a base para que seja dada continuidade nas pesquisas, Aquino *et al* (2008) reforça que a fundamentação teórica fornece a sustentação para que as relações causais que irão guiar as pesquisas se estabeleçam, de modo que todas as fontes selecionadas forneçam dados que corroborem na análise do texto.

Dessa maneira, as informações abaixo contidas servem para dar sustentação à ideia central do trabalho, utilizando de fragmentos de outros autores na intenção de facilitar o entendimento.

2.1 CIÊNCIA

A pesquisa científica tem seu berço nas instituições de ensino, segundo Fonseca (2001) a pesquisa científica é um ato tipicamente acadêmico, realizado no ambiente universitário, que visa à formação de recursos humanos e a consequente geração de novos conhecimentos, da pesquisa de inovação tecnológica, uma ação econômica por essência, realizada no ambiente industrial da produção, e que visa fundamentalmente competitividade, ampliação de mercado e, finalmente, lucro.

Para Batomé (1996) a ciência é uma forma de conhecimento, como um processo que, mesmo podendo ser realizado de inúmeras formas particulares ou específicas, tem características e critérios comuns a qualquer de suas expressões.

O que mais impulsionou o incentivo à pesquisa científica segundo Nicolsky (2001) foi com a criação do CNPq e da CAPES, em 1951, dedicados exclusivamente à formação de recursos humanos altamente qualificados para a expansão das universidades e a criação de seu sistema de pesquisa científica. A ideia seria de que a percepção era que a pesquisa acadêmica geraria conhecimentos que se transformariam em inovações tecnológicas.

Para Brisolla (1998, p. 222):

O apoio a pesquisadores para participação em eventos científicos tem como resultado a difusão de resultados de pesquisa, a discussão com a comunidade acadêmica e a informação sobre o que está ocorrendo na fronteira do conhecimento em cada área. [...] A produção científica de determinado pesquisador ou grupo de pesquisa acaba influenciando a produção de bens e serviços (no caso mais favorável), provocando uma inovação.

Os pesquisadores agora têm mais condições de realizarem suas pesquisas, o governo tem incentivado o campo científico no Brasil, Mota (2013) nos diz que a Lei nº 8.010/90 certamente aproximou as condições de produção da pesquisa em saúde nacional daquelas realizadas internacionalmente. Ela proporcionou aos pesquisadores brasileiros acesso a novas tecnologias e insumos não disponíveis no mercado nacional ao conceder isenção de impostos de importação para produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica realizada pelo CNPq.

A política de incentivo a ciência, tecnologia e inovação tem tido relevância no âmbito nacional. Para Pacheco (2007) Junto a outros instrumentos de política industrial e de comércio exterior, a política de Ciência, Tecnologia e Inovação pode ter um papel fundamental nesse desafio. Ela faz parte, por ação ou omissão, da política econômica. Essa deve ser a compreensão tanto dos Ministérios da área econômica, como dos gestores do Ministério de Ciência e Tecnologia (MC&T) e de suas agências.

Brandt e Zukerman (2012, p. 2) nos mostram que:

Como todo centro avançado de pesquisa, tem, à frente, inúmeros desafios: fidelizar seus pesquisadores [...] vencer a burocracia para a importação dos insumos necessários às pesquisas, obter os mais avançados recursos de informática para desenvolver a convergência tecnológica necessária à aplicação de novos conhecimentos à prática assistencial, e manter e ampliar o suporte tecnológico e financeiro para o crescimento de suas atividades etc.

Lara e Soares (2010) nos falam sobre avanço tecnológico, que impõe um ritmo acelerado ao mundo dos negócios. No Brasil, todas as operações de importação e exportação são controladas eletronicamente pela Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Os portos secos, por exigência legal, devem acompanhar a legislação emanada da Receita Federal, adaptando-se também nos aspectos tecnológicos, para cumprir sua missão na logística internacional.

Quando as pesquisas necessitam de importações para serem continuadas, Motai (2013, p. 144) diz que “o CNPq quem distribui e controla a quota global de importações para pesquisas, definida pelo Ministério da Fazenda em consonância com o Ministério da Ciência e Tecnologia [...]”.

Observa-se que, por mais que as pesquisas tenham suas peculiaridades e sejam de diferentes temas, em algum momento, a importação de algum tipo de insumo poderá se fazer necessário.

A importação de materiais de natureza rara ou especial, que possam trazer riscos à saúde, ao meio ambiente ou que envolvam algum processo ou característica excepcional, deve sujeitar-se a aprovação da ANVISA, antes que a mercadoria seja desembaraçada pela Alfândega (ANVISA, 2015).

Somente serão autorizados a importar materiais controlados, os cientistas e pesquisadores ou instituições científicas e tecnológicas que estejam credenciadas junto ao CNPq, sendo que serão obrigados a cumprir as diretrizes que a ANVISA disponibiliza e regulamenta. (ANVISA, 2015).

2.2 IMPORTAÇÃO DE INSUMOS

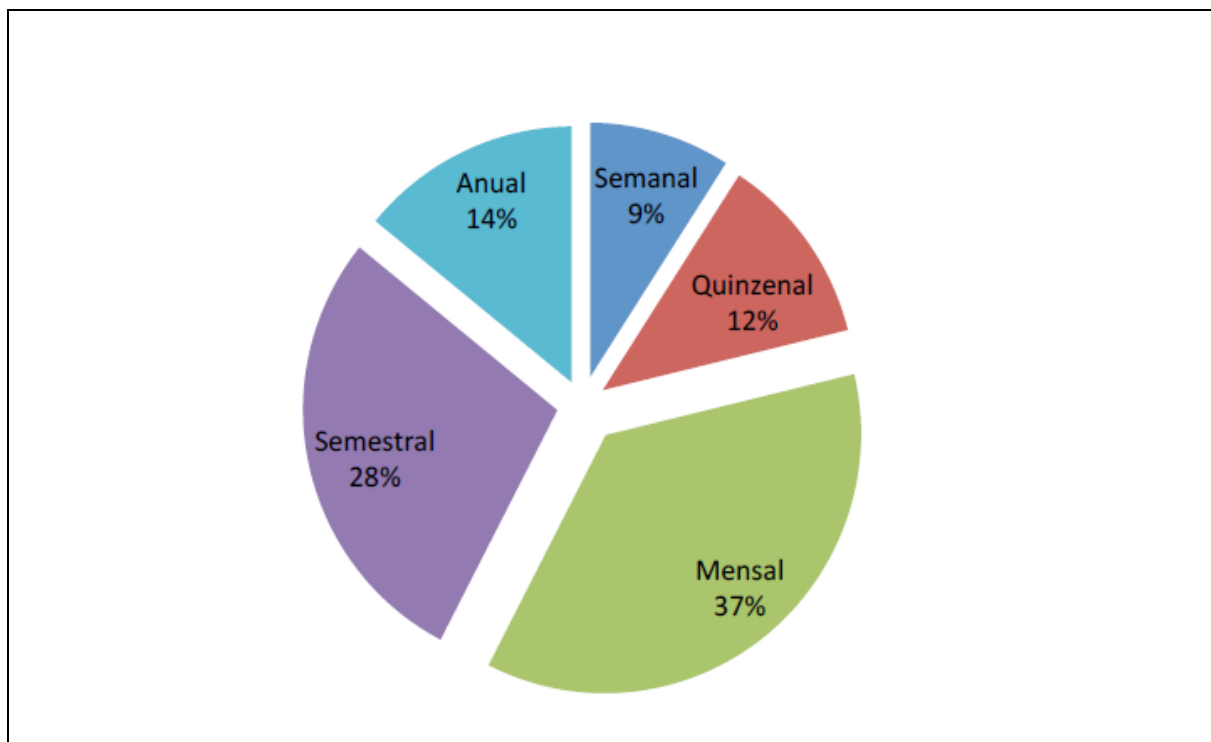
Como o Brasil não dispõe de recursos para a realização das pesquisas, 99% dos pesquisadores relataram que tem necessidade de importar insumos ou equipamentos, apesar desse número expressivo, ao serem questionados sobre a melhora no processo de importação, 91% dos cientistas não perceberam nenhuma melhora na qualidade do processo (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2014).

Tessari e Berlatto (2013, p. 01) afirmam:

A importação tem como objetivo suprir a falta de bens e serviços, os quais não são produzidos internamente. Isso ocorre quando a produção sofre deficiência ou se produz mal, em razão de fatores que podem ser de ordem tecnológica, de qualidade, tempo ou mesmo de custos elevados para produzir. Em países subdesenvolvidos, essa realidade, infelizmente, é ainda comum. A importação, então, torna-se uma necessidade eminente.

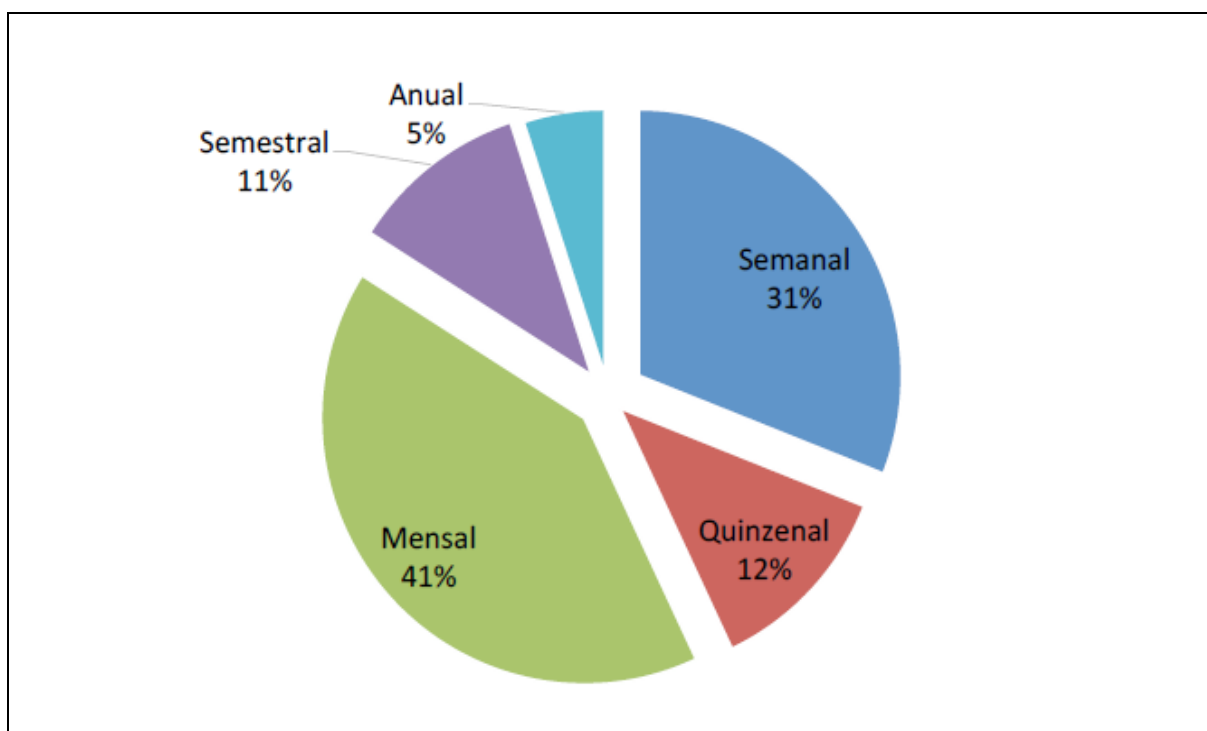
Um dado interessante que deve ser analisado é o que foi apontado pela Academia Brasileira de Ciências (2014) em um levantamento que mostrou que apesar do governo criar formas para ajudar os pesquisadores na importação de insumos para pesquisa, muitos deles importam pela própria universidade ou instituição científica e não usufruem de sistemas como o Ciência importa fácil do CNPq e o CNPq expresso, ambos servem para agilizar o processo e diminuir o tempo de espera na liberação dos insumos.

Figura 01 – Frequência que os pesquisadores precisam importar reagentes.



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Figura 02 – Frequência considerada ideal e necessária para importar reagentes.



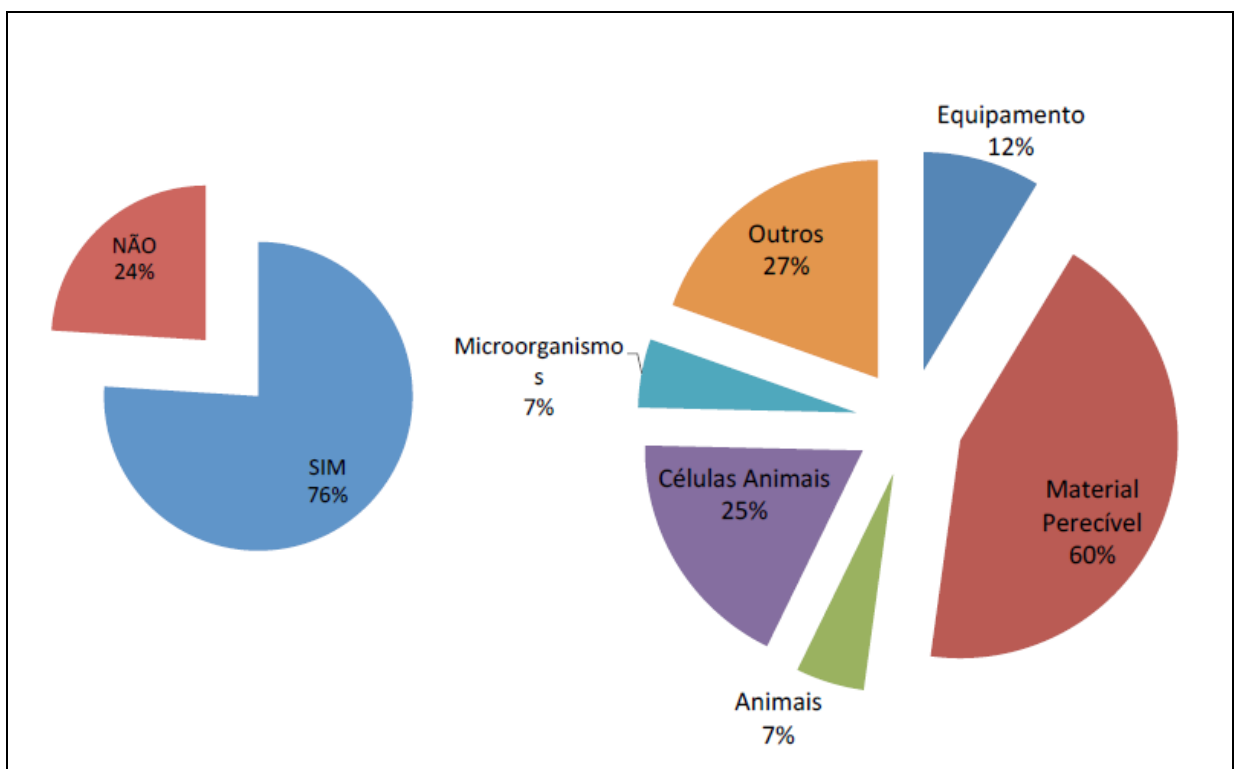
Fonte: REHEN *et al* (2014).

Fazendo uma análise das figuras 01 e 02, observa-se que o ideal de importações para as pesquisas não é a realidade vivida pelos pesquisadores, tal fato

tem ligação com a dificuldade de realizar esse processo, comparando os percentuais, nota-se que, para que as pesquisas avancem o ideal seria que o processo de importação ocorra principalmente semanal e mensalmente, isso levaria os cientistas a darem continuidade as suas pesquisas muito mais rápido, consequentemente as importações ocorridas semestralmente e anualmente seriam reduzidas.

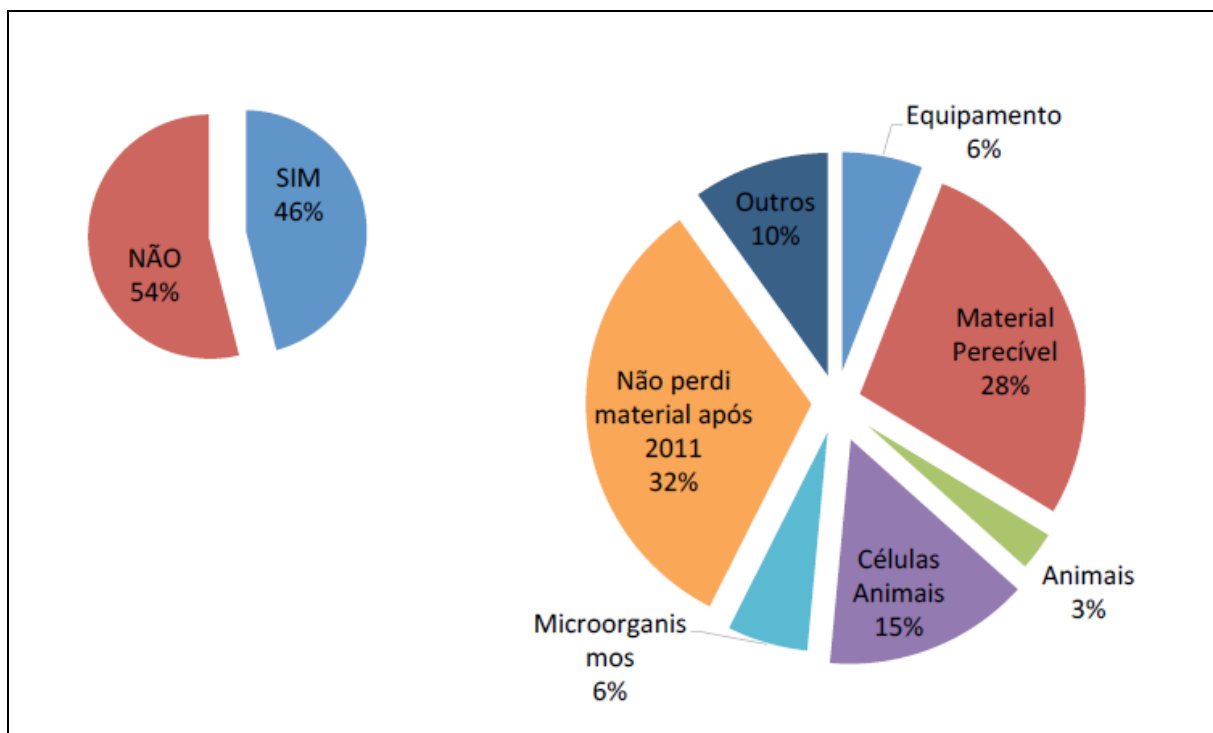
Com relação à periodicidade com que as importações ocorrem de fato, 56% dos pesquisadores importam anualmente, 32% importam semestralmente, 7% importam mensalmente e 5% quinzenalmente (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2014) mesmo com as importações sendo constantes, não é perceptível nenhuma mudança nos processos.

Figura 03 - Se os pesquisadores já perderam materiais retidos na alfândega e que tipo de material foi perdido (em 2010).



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Figura 04 – Se os pesquisadores já perderam materiais retidos na alfândega e que tipo de material foi perdido (após 2011)



Fonte: REHEN *et al* (2014).

A análise das figuras 03 e 04 revelam que houve uma melhora no processo de importação nos últimos 4 anos, a queda no percentual dos itens que ficavam retidos na alfândega caiu consideravelmente após 2011 e outro dado significativo é o número de pesquisadores que não perderam materiais, a princípio, o processo na alfândega melhorou, entretanto, a queda no percentual de pesquisadores que alegaram ter perdido materiais na alfândega pode-se dar também a uma diminuição das importações.

O custo com importação de insumos para pesquisa deve ser mínimo, de acordo com o descrito pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e inovação da Universidade Federal Fluminense (2012) Considerando a importância estratégica da importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica para o desenvolvimento da infraestrutura e dos projetos, existem em nosso país lei regulamentada pela Portaria Interministerial MCT/MF 445, de 15/12/98, que determina que sejam isentas dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, além do adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM) ficando ainda dispensados do exame de similaridade e de controles prévios ao despacho aduaneiro os bens importados com base na Lei 8.010/90,

entretanto, somente poderão ser utilizados em programas de pesquisa científica ou tecnológica e por quem detenha credenciamento para esse fim específico.

Em se tratando de tributação, na importação, a incidência de tributos é muito grande, principalmente quando são impostas medidas para proteção do mercado interno. Todavia, quando se trata de importação de insumos para pesquisa o governo oferece benefícios fiscais, Ashikaga (2005) sugere que para entendermos melhor a tributação não podemos deixar de analisar os benefícios fiscais, dentre eles a não incidência, imunidade, isenção, redução de base de cálculo, suspensão, diferimento, substituição tributária a todos os interessados na área tributária-fiscal de empresas que operam no comércio exterior.

Sobre os bens importados para serem utilizados em pesquisas, Motai (2013) frisa que a Lei nº 8.010/90, é a lei que regulamenta a importação de bens que não produzidos no Brasil e que são destinados à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, tal lei prevê a isenção fiscal, desde que a instituição de ensino superior executora e a respectiva fundação estejam com os recolhimentos e obrigações federais quitados e regularizados, cabendo ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) encaminhar a relação das entidades importadoras, mercadorias autorizadas, valores e quantidades à Secretaria da Receita Federal (SRF) e ao Banco do Brasil (BB), especificamente à Carteira de Comércio Exterior.

Para impedir ou controlar a entrada de produtos indevidos, existem vários órgãos responsáveis por esse controle, dentre eles está a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que visa um maior controle das mercadorias sob vigilância sanitária em regime de importação. (SILVA, 2013).

Para Rodrigues (2013, p. 13):

O controle administrativo das importações se mostra muito atual quando se discute a imposição e regulamentação das barreiras comerciais entre os países para limitar a importação. Exemplo recente foi a proibição da importação brasileira de pneus usados, disputa que chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF).

Rodrigues (2013) ainda aparece falando sobre questões referentes as importações, as barreiras comerciais mais evidentes são as tarifárias e por isso, as barreiras não tarifárias (BNT) passam a ser mais utilizadas pelos países. Como exemplo de BNT tem-se o controle administrativo das importações, realizado por meio da análise do licenciamento de importação (LI), registro onde constam diversas

informações da operação e da mercadoria. Somente após o deferimento do LI pelo governo é que o produto pode ser internalizado no país, sendo que em muitos casos, o embarque da mercadoria no exterior deve ser precedido desse deferimento.

A intensificação da industrialização baseada principalmente na importação de tecnologia externa causou uma diferenciação da divisão do trabalho, evidenciando a necessidade de formação de recursos humanos qualificados (DA FONSECA, 2011).

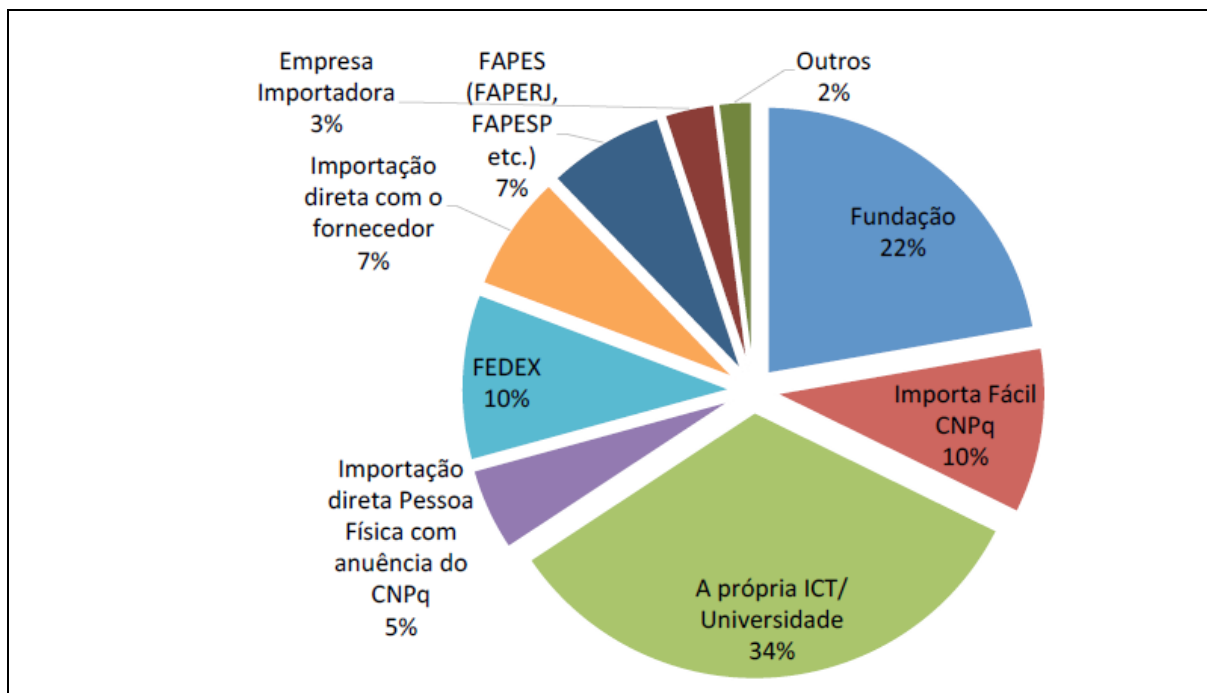
Rodrigues (2013) comenta que a partir dos anos 80 inicia-se um lento processo de abertura comercial no Brasil. No período que se estende do ano de 1987 a 1998 passaram a ocorrer mudanças vertiginosas na política comercial externa brasileira, especialmente no que tange às importações. Entre 1987 e 1989 houve grande queda na tarifa nominal média e abolição de diversos regimes especiais de importação.

Furlan e Pinto (2014) falam que o licenciamento de importação corresponde ao primeiro procedimento burocrático na importação, desse modo o importador pode dar início ao procedimento de nacionalização por meio do registro da DI (declaração de importação), procedimento esse que é finalizado com o desembaraço aduaneiro de importação. Por fim é feito o controle de pragas pelo VIGIAGRO (quando aplicável) e realizada uma conferência física ao contêiner e aos documentos pela Receita Federal para a liberação para saída do recinto alfandegado.

Para Kume (2011) se os registros de exportação e importação são baseados nas informações contidas na fatura comercial, não há possibilidade de ocorrerem divergências sistemáticas nas declarações de preço, quantidade, peso e valor total, exceto na presença de fraudes: a empresa importadora registra um preço e/ou quantidade inferior ao verificado efetivamente, com o intuito de reduzir o valor do imposto de importação a ser recolhido.

A imposição de tarifas na importação significa taxar a entrada de mercadorias no país por meio do pagamento de imposto, fazendo com que o produto estrangeiro entre mais caro no país. É talvez a forma mais simples e antiga de política comercial, protegendo os setores mais tradicionais e menos competitivos (RODRIGUES, 2013).

Figura 05 – Procedimento de compra.



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Considerando a figura acima percebe-se que o motivo de tantas frustrações durante as importações se dá ao fato de que muitos pesquisadores utilizam a própria Universidade ou instituição de pesquisa para realizar os processos de importação e acabam não optando por maneiras que agilizam o processo da importação, como o Importa Fácil CNPq ou o CNPq_Expresso, que são de grande utilidade, pois diminuem consideravelmente o tempo de espera, talvez seja preciso uma maior divulgação dessas ferramentas entre os cientistas, para que a adesão seja maior e consequentemente diminuam os problemas enfrentados atualmente.

2.3 LEGISLAÇÃO E OS CONDICIONANTES QUE NORMATIZAM A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA NO BRASIL

Todo o processo de importação de qualquer tipo de produto está embasado em leis, essa legislação é pertinente, pois através dela pode-se ficar isento de alguns tributos. Para Schneider e Minuzzi (2013) quando se opta por operar no comércio exterior, vale ressaltar que as entidades podem se valer de benefícios fiscais e tributários, concedidos pela legislação brasileira, desde que o material importado seja empregado para desenvolver as áreas de educação, ciência, tecnologia, entre outras.

Existem três legislações que disponibilizam benefícios fiscais e tributários no tocante a importação de bens:

Tabela 01 – Legislação vigente no processo de importação:

Constituição Federal	Imunidade tributária de Impostos	Benefício fiscal que abrange somente os impostos incidentes sobre importação – Imunidade tributária em relação ao Imposto de Importação e ao Imposto sobre Produtos Industrializados.
Lei 8.032/90	Isenção tributária	Isenção do Imposto de Importação, do Imposto Sobre Produtos Industrializados, da COFINS-Importação e do PIS/PASEP-Importação.
Lei 8.010/90	Isenção fiscal	Isenção do Imposto de importação, do Imposto Sobre Produtos Industrializados, da COFINS-Importação, do PIS/PASEP-Importação, do AFRMM.

Fonte: SCHNEIDER; MINUZZI (2013) adaptado pelo autor.

2.4 CONDIÇÕES PARA A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA

Uma das condições que os pesquisadores brasileiros encontram durante o processo de pesquisa está ligada ao comércio exterior. Segundo dados da Academia Brasileira de Ciências (2013) através do professor Stevens Rehen, que foi membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências, disse que uma das principais características encontradas pelos cientistas está na burocracia, que deixa o Brasil para trás na corrida para o desenvolvimento científico devido a procedimentos complexos e pouco eficazes para liberar células, animais, reagentes e equipamentos pela alfândega, além do custo envolvido na armazenagem e mesmo na importação dos materiais.

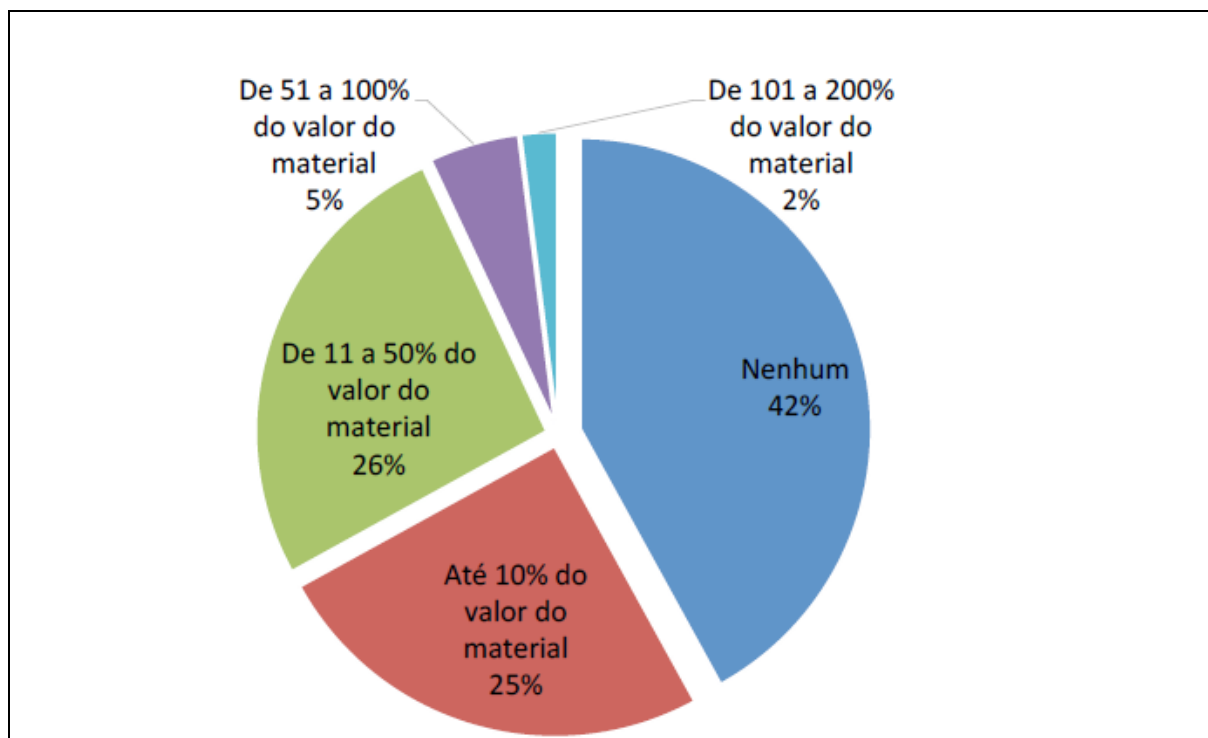
Um dos motivos que faz com que o Brasil não seja competitivo na ciência são as exigências burocráticas e os entraves jurídicos, e a maior reclamação está na dificuldade de importação de insumos e equipamentos, tendo em vista que o Brasil

não produz quase nada desses materiais, a necessidade de importar insumos esbarra nas burocracias, já que 46% dos pesquisadores já perderam materiais retidos na alfândega (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2014).

Um dos fatores mais relevantes para realização das pesquisas é o tempo de espera nas importações, conforme dados da Academia Brasileira de Ciências (2014) 23% dos pesquisadores já esperaram de 1 a 3 meses, 34% esperaram de 3 a 6 meses, 20% já esperaram de 6 a 12 meses e 9% chegaram a esperar de 12 a 24 meses, ainda conforme os pesquisadores consultados, os órgãos responsáveis por essa demora são a Anvisa e a Receita Federal, não bastasse a demora na liberação dos reagentes, todo o tempo em que as mercadorias ficam retidas, geram custos para a instituição.

Quando os insumos importados ficam retidos na alfândega, além do tempo de pesquisa que está sendo perdido, outro fator a ser considerado é o custo gerado durante a armazenagem até que os materiais sejam desembaraçados, quando questionados a respeito desse gasto adicional e o quanto ele custou para o laboratório, os pesquisadores relataram as seguintes respostas conforme figura abaixo:

Figura 06 – Custo adicional por tempo de armazenagem na alfândega.



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Observa-se que o custo adicional pode chegar a 200% do valor da mercadoria, dependendo do tempo em que ficou retido.

O problema não está somente na imposição de taxas ou na demora do processo de importação, mas também nas leis antiquadas que não acompanham o avanço da ciência, proibindo a entrada de algumas substâncias no país, como o canabidiol que é derivado da maconha, alguns pesquisadores que tentam estudar as propriedades medicinais da substância acabam enfrentando muitas dificuldades (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2014).

Brito (2012) ressalta que é importante discutir questões referentes à burocracia inerente ao processo de importação, pois na atualidade, para a realização da importação de um produto, é preciso interagir com diversos órgãos intervenientes, com as suas interpretações variadas, bem como com seus procedimentos onerosos.

Ao relatar alguns problemas existentes nos processos de importação que atrasam a liberação de mercadorias, Gomes (2013, p. 07) nos mostra que:

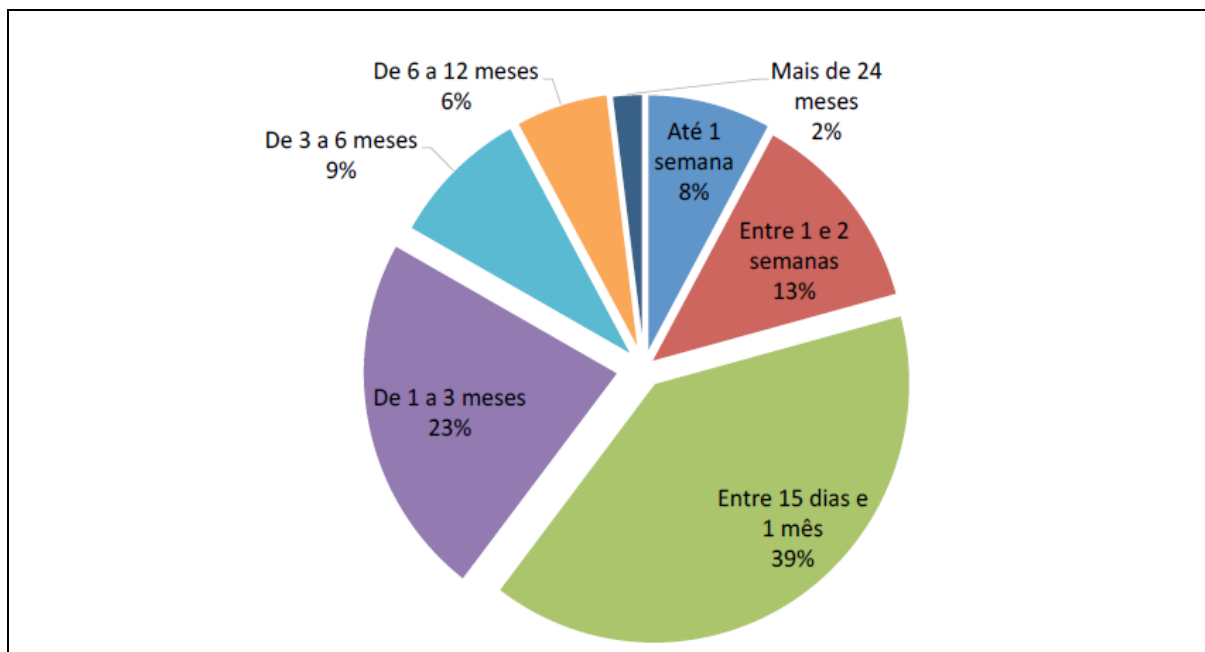
Extravios, alto custo de transporte e tempo de liberação dificultam a aquisição de substâncias controladas - como solventes reagentes e medicamentos - e interrompem trabalhos, outro agravante é o fato de o instrumento utilizado para fiscalização pelos Tribunais de Contas serem a auditoria de conformidade - também conhecida como auditoria de regularidade. Esse tipo de controle prioriza a verificação do cumprimento de disposições legais em detrimento da avaliação de resultados.

Considerando as condições encontradas por pesquisadores brasileiros para a identificação de fatores facilitadores e entraves, foram consideradas as seguintes categorias de análise: processos administrativos de importação e condições para aquisição ou importação de equipamentos (MOTAI, 2013).

Guarnieri (2008) relata que para as empresas exportadoras e importadoras, fatores como retenção de mercadorias na alfândega e paralisações da Receita Federal oneram a cadeia de suprimentos, além de interromper seu processo produtivo e gerar custos substanciais com manutenção de estoques em trânsito, manuseio e transporte de mercadorias, faz-se necessária a implementação de regimes aduaneiros eficazes que minimizem os inconvenientes na exportação ou importação.

A importação está associada à economia, então, para que não haja entraves, deve ser simplificado tal processo, a importação é uma transação comercial muito importante para a economia de um país, sendo assim é necessário que esse processo seja feito com mais rapidez e que o desembaraço aduaneiro de importação seja menos burocrático (ALTAF; TRICONI; DE MIRANDA, 2013).

Figura 07 – Período de tempo desde a compra até a chegada no laboratório.



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Com base nas informações contidas na imagem acima, nota-se que o processo de importação, desde a solicitação da compra até a chegada ao laboratório está fluindo, observa-se que mais de 50% das importações chegaram em menos de um mês, todavia, ainda tem uma parcela que demora até 24 meses para receber sua encomenda, essa demora leva alguns pesquisadores a desistirem ou mudarem o rumo de suas pesquisas.

Contudo, quando se cria um órgão regulador, logo se pensa em todo o processo envolvido e a burocracia contida. Para Brito (2012, p. 13):

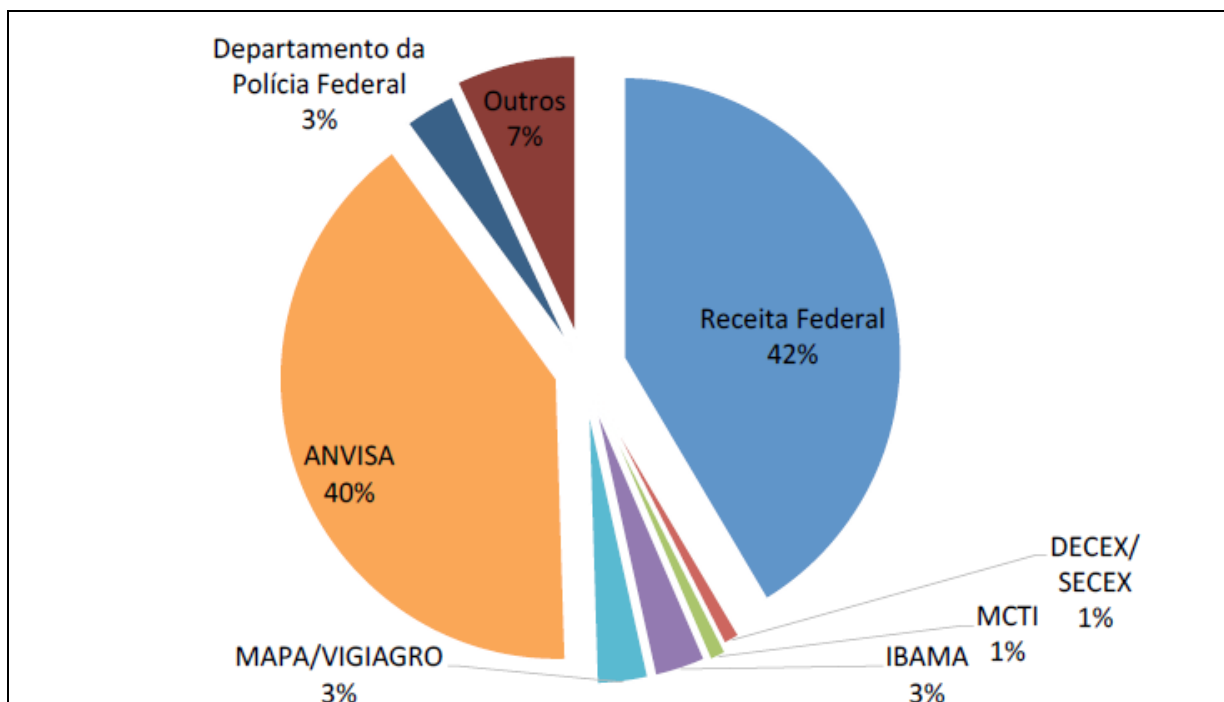
[...] é possível perceber quão fundamental é uma reavaliação governamental no que tange à burocracia demasiada inerente à importação. Se, por um lado, ela protege o mercado interno, por outro ela atrasa, onera e dificulta o processo em si. Um país que visa ao reconhecimento internacional e busca se estabelecer como uma potência mundial nas transações comerciais precisa se espelhar em países já estabelecidos e aderir à premissa de que, quanto mais desenvolvido o país, menor e menos onerosa é a burocracia.

A palavra burocracia logo se associa a lentidão em algum processo, Pacheco (2011) frisa que toda essa dimensão econômica da inovação deve ser muito salientada. Isso porque muitas vezes se abstrai o contexto econômico em que vivemos, burocracia excessiva, elevados diferenciais de produtividade, corrupção, falta de mão-de-obra qualificada e baixos índices de escolaridade.

Segundo a Assessoria do Deputado Federal Romário (2013), autor de uma nova lei que visa facilitar a importação de insumos para pesquisa científica, a

burocracia é um atraso para qualquer um país, pois impedem o desenvolvimento da nação. Quando esta burocracia atinge a área da ciência, o problema se torna ainda mais grave, pois impede que inúmeras vidas sejam salvas.

Figura 08 – Órgãos associados ao atraso na liberação das mercadorias.



Fonte: REHEN *et al* (2014).

Conforme a figura acima, as maiores barreiras durante o processo de desembaraço encontram-se dentro da ANVISA e da Receita Federal, juntas, elas correspondem a 82% pela demora no processo.

Furlan e Pinto (2014) acrescentam ao dizerem que os procedimentos de fronteira são aplicados por órgãos do governo com o intuito de proteger o país contra a entrada ou a saída de bens irregulares ou que podem ameaçar a economia ou que degrade a biodiversidade local. A eles se aplica o controle aduaneiro desempenhado pela Receita Federal do Brasil que é a autoridade aduaneira, que assegura a regularidade tributária e as exigências de fronteira nas operações de importação e exportação, o controle sanitário das embarcações pela ANVISA e a fiscalização fitozoossanitária do MAPA, dentre outros.

Souza e Burnquist (2011) sugerem que a facilitação do país nas importações vista sob a ótica da simplificação dos procedimentos de importação, indica que melhorias na eficiência dos portos e menor burocracia para importar podem aumentar o grau de facilitação de comércio do país.

Ressalta-se que a etapa de nacionalização não deve ser vista apenas como o despacho e o desembaraço aduaneiro, mas, ser encarada como um conjunto de etapas burocráticas e fiscalizatórias imprescindíveis para a liberação do contêiner para o importador. Isso porque o uso restrito do termo “nacionalização” prejudica a compreensão do encadeamento das etapas burocráticas e fiscalizatórias, retratando parcialmente a importação brasileira (FURLAN; PINTO, 2014).

Laurindo (2012) afirma que a burocracia no processo de importação influencia em longos lead-times, comprometendo assim não só o desempenho, como também influenciando em acordos comerciais gerados por toda a cadeia de abastecimento firmada com foco estratégico da agilidade de operação logística.

Ao se referir aos entraves encontrados durante o processo de importação de insumos para a produção científica, Tessari e Berlatto (2013) ressaltam que ao abordar sobre as dificuldades encontradas sobre importar, citam que os impostos elevados e as taxas portuárias são vistos como os principais entraves para que os produtos entrem no país, além da demora e burocracia que os importadores sofrem na alfândega, porém vale ressaltar que o desconhecimento das normas e procedimentos da importação são fatores que dificultam na hora de importar, assim como a inadequação do produto às normas técnicas nacionais ou ao mercado.

Contudo, Tessari e Berlatto (2013) finalizam dizendo que como em qualquer ato, a burocracia se faz presente na importação e os documentos são necessários para nacionalizar qualquer tipo de produto e sem eles, é impossível tornar o procedimento legal. O ideal é consultar especialistas com experiência na área, além de contar com um profissional para segurança e vantagem no andamento do processo de importação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Pode-se definir método como a maneira ou forma para fazer algo, para Da Silva e Menezes (2005) Metodologia científica pode ser entendida como a etapa onde será definida e como será realizada a pesquisa. Definirá o tipo de pesquisa, a população, a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretende tabular e analisar seus dados.

Prodanov e Freitas (2009, Pág. 14) vão mais além e enfatizam que “A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Observa-se que a metodologia científica tem suma importância dentro do âmbito científico e acadêmico, conforme o relatado por STEAGALL-GOMES (1994, pág. 01):

“O método científico vem trazer um subsídio de inegável valor, como instrumento de apoio para a busca das explicações, de previsões, de entendimento, enfim, a solução de problemas que pedem respostas, e que emergem através de produção científica”.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento está ligado ao desenvolvimento da pesquisa, para Gil (2002) o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados, considerando o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

O presente estudo foi tipificado como exploratório quanto aos fins e quanto aos meios sendo bibliográfica. Quando se trata de pesquisa exploratória, não há muito conhecimento acerca do assunto em questão, para isso deve-se buscar o máximo de informações que possam ser úteis, para Gil (2002) estas pesquisas servem para tornar o assunto mais familiar, de modo a considerar os mais variados aspectos relativos ao assunto, tendo por finalidade o aprimoramento de ideias.

3.2 MEIOS DE INVESTIGAÇÃO

O meio de investigação utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que como o próprio nome remete, são pesquisas embasadas em qualquer tipo de material pronto. Gil (2002) acrescenta e diz que a pesquisa bibliográfica é constituída principalmente de livros e artigos científicos, sendo que existem pesquisas desenvolvidas somente a partir de fontes bibliográficas.

Uma das vantagens desse tipo de pesquisa é ter a disponibilidade de recorrer a várias fontes, entretanto, Gil (2002) alerta que em contrapartida essas pesquisas podem ter sua qualidade comprometida, pois essas fontes secundárias podem apresentar dados coletados ou processados de forma equivocada, por isso deve-se sempre analisar com cuidado as fontes bibliográficas e saber se é confiável para não utilizar dados incorretos.

3.3 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POPULAÇÃO-ALVO

A presente pesquisa tem como objetivo geral mostrar as condições encontradas por pesquisadores brasileiros na importação de insumos para pesquisa científica, sendo a população-alvo a Comunidade Científica Brasileira. Para Lovisolo (1997, Pag. 02)

A formação de comunidades científicas pode e deve ser tratada a partir da ótica da mudança social [...] O reconhecimento do papel social do cientista, de sua legalidade e legitimidade, os esforços de financiamento de formação e produção científica e as esperanças postas nas suas contribuições para a sociedade significaram, e ainda significam, uma profunda mudança social e cultural [...].

3.4 PLANO DE COLETA DE DADOS:

Os dados da presente pesquisa foram extraídos de base de dados secundários, ou seja, de livros e artigos científicos. Para Lima e Mito (2007) deve-se determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa, é o momento de seleção das informações e dados pertinentes e relevantes, quando são identificadas ou descartadas as informações dos dados secundários.

A técnica de coleta de dados quanto aos dados secundários foram a partir de dados bibliográficos, ou seja, todo o material de embasamento para a pesquisa foi extraído de livros e artigos científicos publicados online.

3.5 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados pesquisados foi feita através da abordagem qualitativa. Godoy (1995) relata que os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, valorizando o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, portanto, o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

3.6 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tabela 2 – Procedimentos metodológicos:

Objetivos específicos	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de Investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimento de coleta de dados.	Técnica de análise dos dados
Identificar os incentivos que o governo da aos cientistas	Exploratório	Bibliográfico	Secundário	Dados documentais	Livros, artigos, revistas científicas.	Qualitativa
Analisar a legislação para materiais com a finalidade de pesquisas	Exploratório	Bibliográfico	Secundário	Dados documentais	Livros, artigos, revistas científicas.	Qualitativa
Identificar se há entraves que	Exploratório	Bibliográfico	Secundário	Dados documentais	Livros, artigos, revistas científicas	Qualitativa

dificultam essas importações					s.	
Verificar o que se tem feito para melhorar esse processo	Exploratório	Bibliográfico	Secundário	Dados documen tais	Livros, artigos, revistas científica s.	Qualitativa

Fonte: Roteiro para a elaboração do projeto de pesquisa e TC/ com modificações feitas pelo autor.

No próximo capítulo, será apresentada a análise dos dados da pesquisa sob o ponto de vista do pesquisador.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo expõe os resultados da pesquisa que foram alcançados graças às pesquisas bibliográficas, incluindo levantamentos e artigos de cientistas brasileiros que corroboraram na confecção deste estudo.

A abordagem desse estudo relata as condições dos cientistas brasileiros na hora de importar materiais para pesquisa científica. Todo o material utilizado de sustentação nesse trabalho, quase em sua totalidade é originário de relatos dos próprios pesquisadores que alegam encontrar dificuldades quando precisam trazer ao Brasil insumos para seus experimentos.

A seguir, a análise completa dos dados obtidos nesse trabalho, levando em consideração a dificuldade de adquirir informações a respeito do assunto, pois o tema é pouco explorado e/ou debatido, apesar de sua relevância.

4.1 ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO

Considerando questões lógicas, ultimamente tem-se evidenciado um crescimento dentro da área científica no país, pois é visível a crescente evolução das pesquisas brasileiras, tanto em questões de incentivos financeiros quanto em publicações de artigos.

Nos últimos anos, a ciência brasileira tem se revelado promissora, ganhando espaço e reconhecimento não só nacional, mas também internacional, alguns pesquisadores brasileiros são muito respeitados fora do Brasil, inclusive algumas pesquisas importantes dentro da área da saúde foram realizadas por pesquisadores brasileiros.

Na última década, evidenciou-se um maior incentivo monetário do governo para com a ciência e tecnologia, ambas as áreas são de extrema importância para o desenvolvimento do país, pois são a base para diversos seguimentos.

Contudo, nota-se a partir dos dados coletados que nem tudo funciona tão perfeito quanto é na teoria, observa-se que o Brasil não tem estrutura suficiente para fornecer todo o aparato tecnológico juntamente com os insumos necessários para realização de pesquisas.

Para que se dê continuidade em qualquer projeto, é necessário que se disponha de materiais para a realização do mesmo, na ciência não é diferente, para que esse campo se desenvolva, é imprescindível que o país forneça todo tipo de material necessário para que as pesquisas fluam, de modo que quando o país não é autossuficiente em determinado produto, a única sugestão em curto prazo seria a importação.

Embasados em dados relatados nesse estudo, foi possível verificar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponibiliza para os pesquisadores, ferramentas que auxiliam no processo de importação de insumos para pesquisa, entretanto, essas ferramentas parecem ser mal divulgadas dentro do campo científico no Brasil.

Embora o governo disponha de programas que auxiliam os cientistas, muitos deles tem realizado as importações pela própria instituição de ensino ou instituição de pesquisa, o que tem gerado descontentamento por parte da comunidade científica, devido ao excesso de burocracia envolvido nesse processo.

4.2 ANÁLISE DA NECESSIDADE DE IMPORTAR INSUMOS

O Brasil é um país vasto territorialmente, dispõe de diversas fontes de matérias-primas, tem mão-de-obra, entretanto, quando o assunto é oferecer materiais com alta tecnologia agregada ou que dispendam de alto investimento para manutenção, o país peca nessa questão.

Quando o CNPq foi criado na década de 50, tinha como ideia central desenvolver tecnologias, pois com as notícias de armas nucleares na segunda guerra mundial sentiu-se a necessidade de acompanhar as invenções que haviam surgido naquela época, a partir daí, o CNPq se torna um importante órgão da área científica.

A ciência brasileira teve uma evolução acelerada nos últimos anos, entretanto, o país não acompanhou essa evolução, e acabou por ficar na obsolescência, forçando os pesquisadores a buscarem materiais para suas pesquisas fora do Brasil.

A importação desse tipo de material se faz necessário, pois mais de 90% dos cientistas afirmaram precisar importar insumos para suas pesquisas (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIENCIAS, 2014), entretanto notou-se que o

processo envolto na compra de insumos estrangeiros tem se tornado bastante burocrático.

É evidente que os pesquisadores brasileiros não têm outra saída se não recorrer à importação, contudo, todo o procedimento ligado a entrada de mercadorias no país tem deixado os pesquisadores preocupados, pois o excesso de burocracia tem afetado diretamente a área científica dentro do país.

Embora estejam a disposição de todos os cientistas brasileiros, as ferramentas do CNPq como o Ciência Importa Fácil e o CNPq_expresso tem baixa adesão entre os cientistas, mesmo sendo ferramentas muito úteis, pois as importações feitas através desses mecanismos tem o tempo de liberação na alfândega reduzido, além de proporcionar isenção da tributação incorrida nesse processo.

É na entrada das mercadorias no Brasil que ocorrem as principais frustrações, pois a partir daí a burocracia exige diversos documentos e o tempo de liberação das mercadorias pela alfândega pode chegar aos 24 meses, esses são os principais fatores que são alvos de reclamação dos pesquisadores, pois o fato dos materiais importados na maioria das vezes serem parte de órgãos, células, fragmentos de DNA, animais, substâncias controladas, etc., os órgãos anuentes determinam aos importadores o preenchimento de variados documentos, que na maioria das vezes os pesquisadores desconhecem, gerando assim um descontentamento.

Embora o Ministério da Agricultura (2013) tenha publicado uma instrução normativa que estabelece a simplificação do processo de importação, ela abrange somente materiais considerados como isentos de risco sanitário, como materiais biológicos de origem animal conservados em formol ou álcool, ficando isentos de autorização prévia de importação e da apresentação de certificado sanitário internacional, entretanto os materiais classificados como riscos significantes não estão inclusos na instrução normativa e deverão proceder pela forma burocrática com que os pesquisadores estão habituados.

A Alfândega e a Receita Federal foram os principais órgãos que mais atrasam os procedimentos de compras internacionais, juntas eles representam mais de 80% dos casos de lentidão no processo, essa demora na liberação das mercadorias gera um custo adicional às instituições que pode chegar a 200% do valor da mercadoria (dados obtidos com a pesquisa), não bastasse o preenchimento

de diversos documentos, além da demora no desembarço aduaneiro, tem mais um desembolso extra, todos esses elementos tem se tornado uma pedra no caminho da ciência.

4.3 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO

O governo tem incentivado através de bolsas e qualificações, o surgimento de novos pesquisadores, depois de formados, muitos regressam ao Brasil com a pretensão de fazer carreira aqui, contudo, o sonho esbarra mais uma vez nos vários processos onerosos que são inerentes aos órgãos governamentais.

Ao analisar as informações contidas neste estudo, foram perceptíveis as opiniões dos pesquisadores a respeito da dificuldade para proceder em uma importação. Sabe-se que qualquer órgão público no país tem onerosos processos que atrasam a vida do cidadão, essa é a mesma realidade dos pesquisadores, pois são obrigados a importar devido a inexistência de insumos nacionais utilizados nas pesquisas.

O excesso de normas faz com que o que era para ser uma padronização, acabe se tornando em um entrave burocrático, o exagero de procedimentos tem inviabilizado diversas transações, pois muitas vezes perdem-se muito tempo e dinheiro nas importações, até mesmo aquelas que são frutos de doações.

Diversas pesquisas têm sido abandonadas ou tiveram de tomar outros rumos porque os pesquisadores simplesmente não puderam retirar seus materiais da alfândega, isso afeta consideravelmente a inovação científica e tecnológica de que o país necessita (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2014).

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Tabela 03 – Incentivos fiscais e tributários:

INCENTIVOS	DESCRIÇÃO	BENEFÍCIOS ABRANGIDOS
Constituição Federal	Imunidade tributária de Impostos	Benefício fiscal que abrange somente os impostos incidentes sobre importação – Imunidade tributária em relação ao Imposto de Importação e ao Imposto sobre Produtos Industrializados.
Lei 8.032/90	Isenção tributária	Isenção do Imposto de Importação, do Imposto Sobre Produtos Industrializados, da COFINS-Importação e do PIS/PASEP-Importação.
Lei 8.010/90	Isenção fiscal	Isenção do Imposto de importação, do Imposto Sobre Produtos Industrializados, da COFINS-Importação, do PIS/PASEP-Importação, do AFRMM.

Fonte: SCHNEIDER; MINUZZI (2013) adaptado pelo autor.

Tabela 04 – Contingências ou entraves nos órgãos envolvidos:

CONTINGÊNCIAS E/OU ENTRAVES	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	CONSEQUÊNCIAS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
Demora na liberação das mercadorias	ANVISA; Secretaria da Receita Federal.	Materiais perdidos na alfândega.	Dar preferência na liberação das mercadorias – Primeiro liberar os insumos, depois prosseguir com o resto das outras mercadorias.
Custo adicional de armazenagem	ANISA; Secretaria da Receita Federal.	Valor despendido pelas mercadorias superior ao projetado, devido ao tempo em que ficou retido na alfândega.	Dar preferência na liberação das mercadorias – Primeiro liberar os insumos, depois prosseguir com o resto das outras mercadorias.
CNPq_Expresso	CNPq	Auxilia os pesquisadores na importação de insumos, diminuindo o tempo de espera, otimizando o processo.	-

Tabela 05 – Itens importados e os meios utilizados para importação:

ITENS IMPORTADOS	FONTES FORNECEDORAS	MEIOS UTILIZADOS PARA IMPORTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Materiais genéticos; • Substâncias químicas; • Máquinas e equipamentos; • Animais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades; • Laboratórios de pesquisa; 	<ul style="list-style-type: none"> • CNPq; • Universidade; • Fundação; • FAPESP/FAPERJ; • FEDEX; • Centro de pesquisas.

5 CONCLUSÃO

A ciência brasileira tem evoluído constantemente nos últimos anos, um dos fatores que comprovam isso é o número de grupos de pesquisa que cresceu consideravelmente, revelando assim que os incentivos financeiros estão prospectando a área científica nacional. De acordo com o estudo, o número de publicações científicas quadruplicaram nas últimas duas décadas.

Embora os números sejam representativos, existe um fator que tem deixado as pesquisas brasileiras atrasadas e fazendo com que muitos pesquisadores migrem para outro país para prosseguirem com seus estudos, esse fator determinante é a burocracia.

Para se fazer pesquisa de ponta no Brasil os cientistas necessitam importar insumos, reagentes, animais, substâncias, pois o país não dispõe de muitos desses materiais e é nesse período da pesquisa que a burocracia afeta o desenvolvimento da ciência brasileira.

É no desembaraço das mercadorias que ocorrem os principais relatos de que o excesso de burocracia tem deixado muitas pesquisas paralisadas. Os órgãos responsáveis pelo controle alfandegário possuem diversas exigências e o tempo de desembaraço na aduana pode se prolongar até 24 meses, esses são os principais fatores que tem levado muitos cientistas a desistirem ou modificarem suas pesquisas.

Desta maneira, o estudo objetivou mostrar o processo burocrático envolto nas compras de insumos do exterior e as consequências que isso provoca na área científica do país. O objetivo geral do trabalho foi demonstrar quais as condições encontradas na importação de insumos para pesquisa científica por pesquisadores brasileiros.

Analisando o primeiro objetivo específico que é descrever a legislação e os condicionantes que normatizam a importação de insumos para pesquisa no Brasil, verifica-se que o país tem legislações que abrangem as importações de insumos para pesquisa.

Nota-se que através dessas legislações compreende-se a necessidade da importação de insumos e é disponibilizado aos cientistas ou instituições, incentivos fiscais e tributários, além de programas do governo para fomentar o incentivo à pesquisa.

Ressalta-se principalmente a questão da isenção tributária e da isenção fiscal, onde os pesquisadores, ao importarem materiais para suas pesquisas – deverão comprová-las que serão destinadas à pesquisa – terão direito a uma redução significativa no valor a ser desembolsado, pois as legislações abrangem diversas isenções dos impostos.

O segundo objetivo específico deste trabalho foi analisar quais os órgãos que atrasam o processo pelo excesso burocrático. Evidenciou-se que os principais órgãos anuentes que geram um atraso no processo de importação são a Receita Federal e a Anvisa, juntas elas são responsáveis por boa parte da demora no processo. Existem outros regulamentadores como o MAPA, Vigiagro, entre outras, todos esses órgãos servem para controlar tudo o que entra no país.

O terceiro objetivo tem por finalidade verificar quais os incentivos que o governo disponibiliza aos cientistas, pode-se avaliar que existem alguns estímulos que o governo oferece a comunidade científica. O primeiro ponto a ser considerado foi a criação do CNPq, sendo o pontapé inicial para o desenvolvimento da ciência e tecnologia do país.

O CNPq foi criado para que o país pudesse acompanhar as inovações que estavam acontecendo após a Segunda Guerra Mundial, com o passar dos anos foi se aprimorando e hoje é uma importante ferramenta de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

O governo tem investido muito nessa questão, o resultado disso é o crescente aumento de pesquisas que tem elevado o número de publicações científicas, todo esse desenvolvimento se deu graças ao número de bolsas de estudo ofertadas.

O quarto objetivo a ser analisado é demonstrar quais os meios que os cientistas utilizam para realizar importações. A maior parte dos pesquisadores opta em importar os materiais pela própria instituição de ensino ou pesquisa, sendo que muitas vezes a instituição não dispõe de um departamento especializado nessa questão, sendo os próprios cientistas responsáveis pela importação.

Uma pequena parcela dos pesquisadores utiliza-se das ferramentas do CNPq, como o CNPq_Expresso e o Ciência Importa fácil, ambas são de grande utilidade e um de seus melhores benefícios está na questão da redução do tempo de liberação das mercadorias, além da isenção de impostos de importação, apesar dos benefícios, esses meios são pouco difundidos entre os cientistas.

Outra parcela utiliza-se de empresas importadoras, FedEx, e outros meios para adquirirem seus materiais, entretanto pode-se levantar a questão de não ser as melhores opções, pois como são importações de materiais especiais, algumas empresas podem não ter conhecimento suficiente para solicitar demais isenções fiscais/tributárias.

O último objetivo era identificar as contingências e os entraves que interferem nessas importações, basicamente todo o processo de importação é afetado exclusivamente pelo excesso de burocracia.

Ressalta-se que os pesquisadores são obrigados a importarem materiais para prosseguirem com suas respectivas pesquisas, pois o Brasil não é autossuficiente nessa questão. Os entraves começam logo na chegada das mercadorias no país, por serem importações muitas vezes de materiais especiais, os órgãos responsáveis pelo controle aduaneiro acabam exigindo diversos documentos, muitos deles os pesquisadores desconhecem por não serem da área, esse é um dos fatores que tem desagradado os importadores.

Outro fator importante que deve ser considerado é o tempo despendido na liberação das mercadorias pela alfândega, muitos cientistas já abandonaram suas pesquisas, pois os materiais comprados por eles deterioraram-se de tanto tempo que ficavam retidos.

Observa-se que além do tempo perdido no desembaraço aduaneiro, outro fator tem gerado insatisfação e que é uma consequência do período em que a mercadoria ficou retida, é o valor adicional cobrado pelo tempo que a mercadoria ficou armazenada na alfândega, esse valor pode chegar a custar até 200% do valor da mercadoria, além do tempo perdido, a instituição de pesquisa ainda tem que arcar com custos extras, ou seja, é dinheiro jogado fora.

Como sugestão, propõe-se que o governo facilite a importação dos materiais e equipamentos por parte dos pesquisadores, promovendo uma redução no tempo de liberação das mercadorias pela alfândega e na redução de custos para as instituições, além de preparar os servidores que exercem atividades nesses locais a terem um pouco de conhecimento a respeito desse tipo de mercadoria. Contudo já está tramitando no congresso um projeto de lei que trata exatamente disso, basta apenas ser sancionado pelo governo.

A pesquisa refere-se às dificuldades encontradas na importação de materiais para as pesquisas nacionais, observa-se que durante o período de

realização da pesquisa, ainda não tinha sido sancionada a lei que simplifica esse processo. Desta forma, sugere-se que após a lei ser aprovada e vigorar, seja realizado um novo estudo, fazendo um comparativo para verificar quais os aspectos que mudaram durante a importação e o impacto que isso provocou na ciência, se houve crescimento no número de pesquisas e qual o tempo médio que as importações passaram a levar.

Conclui-se que a abordagem deste estudo é principalmente de interesse para a área da ciência e tecnologia, pois aborda um tema muito debatido nessa área que é a dificuldade de importar materiais para que as pesquisas nacionais consigam crescer. Como se trata de um problema que ocorre no setor público serve também para que o governo tome as respectivas medidas para reduzir os problemas envolvendo a burocracia.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Ciência Com Fronteiras**. Disponível em: http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=3704&var_recherche=importa%E7%E3o . Acesso em 17/04/2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Custo Brasil: burocracia e importação para ciência**. Disponível em <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=3414>. Acesso em 17/08/2014.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Custo Brasil: burocracia e importação para ciência**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=3414&var_recherche=importa%E7%E3o> Acesso em 08/04/2015.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Dificuldade de importação de material científico no Brasil é tema de pesquisa**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=2844> Acesso em 19/10/2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Setor+Regulado/O+que+voce+precisa/Importacao/4a73b780405e280bb750b7b8bd8ec9d6>. Acesso em 07/06/2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/home/portosaeroportosfronteiras/!ut/p/c5/rVHNeqJAEHwWH8BMDwMDHBFk-EcUUObCZ4wQZdFxRTA8fczuOe4e0nWsrq-qqxFHD5y2_aHedofzafsLbRCnpckMR1YDAKAzE1ymRFRJYmAqQWu0AbIcHT-EOzobj8jgmUhjSlbLCIbTmQ2pl9zRrcRRkcLUSEmUNDi0ehY0ew1XHuZ3MDbbLHa2ePLwKWsl3Y8BXEj9xXAYg6XGqWeDK6dLRfTO2Mf6r_iYpxNL_qJ_w_2qBP9n44_7FP7mtQFwtcyZpjs8wME-dgTtPHTsGmywoRukP9vzci_yol4f44bV9GXbtC7xgDCqVFSppOIEUTUbr94Leras7WPNI6S2lj0ic-O0wwxSONfgrQ6yS-JD1AcHhJnyN39JpGXMoxoU4jqu86zDJu11x6c702NINfJFu3LyqxRguDHUvwZtXbb2xyhKm3Alv6GGoxeUcukl12UtV5jvCJ3Jub07mdN3rsdgJwwjU-ZTx5Pd5MJiopLq6p2oibXvPG-xGMb3re-1epqXYcVe1qtVpr7dFqjZkNHLI8WNjgiLn3O6RaHvfD-hSww-QevlJ8cg6ZA!!/?1dmy&urile=wcm%3apath%3a/anvisa+portal/anvisa/inicio/portos+aeroportos+e+fronteiras/publicacao+portos+aeroportos+e+fronteiras/importacao+para+pesquisa+cientifica+conforme+rdc+no+01+2008. Acesso em 07/06/2015.

ALTAF, Joyce Gonçalves; TROCCOLI, Irene Raguenet; DE MIRANDA, Mariana Salgado. **AS BUROCRACIAS INERENTES AO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO: O CASO CMD GLOBAL SERVICES**. São Paulo. 2013.

AQUINO, André Carlos Busanelli de; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; BITTI, Eugênio José Silva. **Heurística para a composição de referencial teórico**. *Rev. contab. finanç.*, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 73-88, Aug. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/004/2015

ASHIKAGA, Carlos Eduardo Garcia. **Análise da Tributação na Importação e na Exportação**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante - O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ. Editora vozes, EDUCS, EDUFSCar, 1996.

BRANDT, Reynaldo André; ZUKERMAN, Eliova. **Uma ideia vencedora**. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 10, n. 2, 2012.

Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000300014&script=sci_arttext>. Acesso em 20/09/2014.

BRISOLLA, Sandra Negraes. Indicadores para apoio à tomada de decisão. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 1998.

BRITO, Roberta et al. As burocracias inerentes ao processo de importação: o caso CMD Global Services. **REVISTA NEGÓCIOS EM PROJEÇÃO**, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2012.

Câmara Legislativa. **Proposta facilita importação de mercadorias para pesquisa científica**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/427278-PROPOSTA-FACILITA-IMPORTACAO-DE-MERCADORIAS-PARA-PESQUISA-CIENTIFICA.html>> Acesso em 15/09/2014.

DA FONSECA, Marcelo Luiz Mendes. **O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO–CNPq E O IDEAL DESENOVIMENTISTA DE JK**. 2011.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, 2005.

Definição de Importação. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/definicao-de-importacao>> Acesso em 19/10/2014.

Falar de um começo para a prática científica no Brasil. Disponível em: http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao19/materia1_detalhe.php Acesso em 20/09/2014.

FONSECA, Renato. Inovação tecnológica e o papel do governo. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, n. 13, 2001.

FURLAN, Patrícia Kuzmenko; PINTO, Marcos Mendes de Oliveira. **Identificação dos procedimentos de fronteira críticos na importação de cargas containerizadas**: estudo do Porto de Santos. Prod., São Paulo, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. _____. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 41-56, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Marina. **Leis que engessam pesquisa no país podem ser alteradas ainda este ano**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 65, n. 4, 2013.

GUARNIERI, Patrícia et al. **As vantagens logísticas e tributárias obtidas com a implantação do RECOF na indústria automobilística**. Revista Produção. São Paulo, v. 8, p. 099-111, 2008.

Importação para Pesquisa Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://www.proppi.uff.br/novo/importacao-para-pesquisa-cientifica-e-tecnologica-0>> Acesso em 12/10/2014.

KUME, Honório; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. **Tarifas de importação e evasão fiscal no Brasil**. Economia Aplicada, v. 15, n. 1, 2011.

LARA, José Edson; SOARES, Antonia Dolores Bélico. **A participação dos portos secos na interiorização das operações de importação e exportação**: um estudo de caso. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão, v. 8, n. 3, 2010.

LAURINDO, Alisson Marcelo. **A eficiência logística no modal aeroviário**: uma análise do programa Infraero de eficiência logística no ano de 2011 perante as importações. Administração de Empresas em Revista, v. 11, n. 12, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál, Florianópolis, v. 10, 2007.

LOVISOLO, Hugo. **Comunidades científicas**: condições ou estratégias de mudança. Educação & Sociedade, v. 18, n. 59, 1997.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Mapa facilita importação de materiais destinados à pesquisa**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/noticias/2013/08/mapa-facilita-importacao-de-materiais-destinados-a-pesquisa>. Acesso em 08/05/2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Requerimento para importação de material para pesquisa científica**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/vegetal/Requerimento_Importacao_Material.pdf. Acesso em 08/05/2015.

MOTAI, Eduardo LA et al. **Experiência de importação de equipamentos para pesquisa no ELSA-Brasil**. Rev Saúde Pública, v. 47, n. Supl 2, p. 140-9, 2013.

NICOLSKY, Roberto. **Inovação tecnológica industrial e desenvolvimento sustentado**. Parcerias Estratégicas, v. 13, p. 80-108, 2001.

NOVELLI, Vânia. **Newton Canteras e Stevens Rehen**. ComCiência, n. 144, 2012.

PACHECO, Carlos Américo Pacheco. Manual de Políticas Públicas. **As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil (1999-2002)**.

Disponível em: [ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/10205-](ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/10205-As_reformas_politica_nacional_ciencia_tecnologia_inovacao_Brasil_1999-2002.pdf)

[As_reformas_politica_nacional_ciencia_tecnologia_inovacao_Brasil_1999-2002.pdf](ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/10205-As_reformas_politica_nacional_ciencia_tecnologia_inovacao_Brasil_1999-2002.pdf)> Acesso em 12/10/2014.

PACHECO, Carlos Américo. **O financiamento do gasto em P&D do setor privado no Brasil e o perfil dos incentivos governamentais para P&D**. Revista USP, n. 89, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

Projeto de Romário facilita importação de mercadorias para pesquisa científica. Disponível em: <<http://www.romario.org/news/all/projeto-de-romario-facilita-importacao-de-mercadorias-para-pesquisa-cientifica/>> Acesso em 19/10/2014.

REHEN, Stevens K.; REBELO, Mauro; CADILHE, Daniel V.. **DIFICULDADES NA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS PARA PESQUISA NO BRASIL**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5785.pdf>. Acesso em 19/04/2015.

RODRIGUES, Andrei José. **O controle administrativo das importações no Brasil e na OMC**. 2013.

SILVA, José Geraldo Ribeiro da. **Importação de tecnologia para instituições de ensino superior: o estudo da Universidade de Brasília**. 2013.

SCHNEIDER, Jardel Romeu; MINUZZI, Rafael Crivellaro. **BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS NAS IMPORTAÇÕES: UM ESTUDO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICADO A ENTIDADES PÚBLICAS**. Disponível em: <http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/artigos/ECO218.pdf>. Acesso em 07/06/2015.

SOUZA, Maurício Jorge Pinto de; BURNQUIST, Heloisa Lee. **Impactos da facilitação de comércio: evidências do modelo gravitacional**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 49, n. 4, 2011.

STEAGALL-GOMES, Daisy Leslie. **Método científico: o instrumental indispensável para o aluno**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto. v. 2, n. 1, Jan. 1994.

TESSARI, Gregory Beux; BERLATTO, Odir. **PROCESSO DE IMPORTAÇÃO DE UMA MÁQUINA DE TORNO VERTICAL**. Anais-Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis, v. 3, n. 1, 2013.

ANEXOS

ANEXO A - REQUERIMENTO PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Sr. Diretor do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal,

Nome do requerente

Nome da instituição à qual pertence, nº do CQB da instituição (se for o caso)

endereço e telefone da instituição

conhecedor das legislações fitossanitária e de biossegurança brasileiras, vem solicitar uma Permissão para Importação do(s) material (is) abaixo discriminados:

a) Produto

☐ vegetais e suas partes

☐ organismos para controle biológico e outros fins científicos

☐ organismos geneticamente modificados

☐ solo/substrato

☐ outros (especificar)

b) Justificativa técnica para a importação

c) Nome e endereço da instituição que está enviando o material d) Meio de transporte:

☐ aéreo ☐ terrestre ☐ marítimo/fluvial ☐ "courrier"

e) Forma como o material será introduzido (sementes, in vitro, tubérculos, estacas, ovos, larvas, pupas etc.)

f) País e localidade onde o material foi coletado, desenvolvido, produzido e certificado

g) Local de desembarque no Brasil h) Local de destino do material

i) Estação de quarentena credenciado pelo Ministério da Agricultura

j) Utilização pretendida:

☐ laboratório

☐ casa de vegetação

☐ campo

☐ outros (especificar)

k) Histórico de introduções anteriores semelhantes

Se se tratar de organismo geneticamente modificado (ogm), informar:

k.1) a classificação do organismo geneticamente modificado (ogm)

k.2) os genes inseridos no organismo geneticamente modificado (ogm) e suas funções

k.3) a metodologia utilizada na transformação

l) Relação do material (nome científico, cultivar, nome vulgar, classe, ordem, família etc.).

No caso de organismos destinados ao controle biológico, informar o nome científico do hospedeiro natural que o(s) acompanha(m); quantidades, pesos (gramas, quilogramas).

m) Cronograma e número de introduções (quando mais de uma) n) Medidas preventivas no local de destino para evitar escapes

No caso de solo ou substrato, informar o processo de esterilização ou tratamento.

o) Descrição do método de eliminação ou descarte final do material

p) Local e data

q) Nome, assinatura e registro profissional (CREA, CRB etc.) do técnico responsável

USO EXCLUSIVO DO DDIV

Permissão de Importação nº

() Deferida () Indeferida

Brasília DF, ____ de _____ de _____

Diretor do DDIV/SDA